

Discurso de Posse da presidente eleita Vera Lúcia Deboni

***Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.
Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não
mereçamos existir.***

José Saramago

Saudando o presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, **Carlos Eduardo Zietlow Duro**, e o Sr. Governador do Estado do RS em exercício, **José Paulo Dornelles Cairoli**, cumprimento todos os integrantes da mesa e autoridades já nominadas.

Senhoras, senhores e colegas,

É com esse enfoque – respeito à memória da Ajuris e responsabilidade – que assumimos a direção da associação para o próximo biênio.

Diante de uma história de 73 anos da associação de magistrados mais antiga do país e do reconhecido respeito que ela fez por merecer entre as entidades de classe em geral, entre os governantes e a sociedade, recebemos a direção da Ajuris com orgulho, mas bem cientes da nossa responsabilidade em honrar e fortalecer essa história.

A Ajuris, sempre vocacionada para a defesa da democracia e das práticas republicanas, foi construída por inúmeros colegas, cada um obtendo conquistas e avanços conforme exigido no tempo em que foram os atores da história da entidade. Essa atuação sempre profícua deixou a cada um de nós, agora empossados, a imensa responsabilidade de dignificar o legado e a história da nossa associação e de avançar.

Todos os que construíram a Ajuris mereceriam citação e menção de justiça pelo que realizaram. Não há como referir a todos, e por isso os homenageio nas pessoas de Milton dos Santos Martins, duas vezes presidente de nossa associação e o primeiro gaúcho a comandar a entidade nacional, a AMB, bem como Cláudio Baldino Maciel e João Ricardo dos Santos Costa, que levaram o nome da Ajuris para o país e pelo país, galgando também o comando da entidade nacional.

Dever de respeito e gratidão impõe citação especial ao colega que hoje se despede, Gilberto Schafer. O Gilberto foi um comandante exemplar da magistratura gaúcha. Culto, ponderado e de um impecável agir democrático, terá o seu nome marcado na história da Ajuris como um verdadeiro líder, lutador e agregador. O convívio fraterno nesses dois anos teve como base a simpatia do "Giba". Trabalhar ao lado do Gilberto foi um aprendizado constante e um orgulho muito grande. Muito obrigada, Gilberto, e parabéns. O sucesso da tua gestão foi refletido nas urnas que, por expressiva maioria dos colegas magistrados, consagraram o nosso grupo para mais um biênio no comando da Ajuris.

Maestros precisam de bons músicos para ter uma orquestra afinada e ter sucesso. E esses bons músicos, que, algumas vezes, substituíram o maestro em alguns concertos, foram os demais vice-presidentes que ora se despedem. O incansável e sempre presente Flávio Rabello a controlar rigorosamente as contas da associação. A exitosa Rute dos Santos Rossato, que com seu modo discreto de agir, foi uma gigante na execução das demandas culturais da Ajuris. E a jovem liderança que desponta na classe, Max Akira Senda de Brito, que, de forma abnegada, realizou bem sucedidas atividades sociais.

O perseverante Cláudio Martinewski, sempre na busca da excelência na capacitação de magistrados e na valorização da nossa Escola, que passou por dificuldades, sim, mas que hoje, graças ao esforço conjunto com a colega Rosana Garbin, podemos afirmar mantém sua qualidade e seu lugar de reconhecimento.

A eles, aos colegas diretores de todos os departamentos que continuaram a construção da Ajuris na gestão que se despede, e aos nossos dedicados funcionários, estendo homenagens e agradecimentos.

Assumimos a direção da nossa associação com orgulho, mas sem vaidade. O cargo, tanto quanto nos honra, de nós exige muita responsabilidade sem a qual, conforme Saramago, não mereceríamos estar aqui.

A palavra responsabilidade, em seu sentido original, deriva do verbo latino *respondere*, responder. E são respostas que queremos e devemos dar à magistratura e à sociedade.

Respostas para as demandas corporativas visando ao respeito, ao fortalecimento e ao engrandecimento da magistratura, e, em consequência, do Poder Judiciário. Esforço para alcance e manutenção de uma remuneração digna para os colegas ativos e inativos e pensionistas, todos ao abrigo de uma previdência pública justa e respeitadora dos princípios constitucionais.

Respostas para a sociedade na busca de uma atuação firme e serena de um Judiciário que deve ter suas decisões respeitadas como essência do Estado Democrático de Direito, com o qual temos um compromisso inarredável, cientes de que apenas com um Poder forte e infenso a pressões é que a cidadania brasileira encontrará abrigo para buscar o seu desenvolvimento com paz social.

Os tempos não são fáceis. Estamos em alto mar revolto. Nunca o Judiciário foi tão provocado a decidir questões envolvendo administradores públicos e a moralidade pública. E nunca se viram tantos malfeitos. A corrupção se mostra uma praga que, podada aqui e ali, está sempre a recrudescer. O trabalho do Judiciário e das instituições que o provocam a agir parece não ter fim como o tapete de Penélope que era tecido de dia para ser desfeito todas as noites, enquanto Ulisses não chegava.

Há mais de vinte anos, em 1997, o desembargador Adroaldo Furtado Fabrício alertava: “O Judiciário resiste e teima em exercitar, como as suas outras atribuições, a precípua função de controle e de salvaguarda do primado da lei. Insiste em que os programas de governo é que se têm de subordinar à ordem constitucional vigente, ao invés de se ajustar esta aos interesses momentâneos e contingentes de um dado projeto político”.

Essa postura desagrade a quem não tem a melhor visão republicana, e por isso os tempos continuam difíceis, com ações legiferantes que visam a

enfraquecer o Poder Judiciário e, em consequência, os jurisdicionados, além de posturas corrosivas praticadas até por integrantes de tribunais superiores. Não faltam tentativas de abalar a autonomia administrativa e financeira dos tribunais e de ferir os pilares das garantias da magistratura mediante propostas falaciosas, entre elas, a reforma da previdência, vendida como solução para todos os males do país e que atingirá danosamente muitos brasileiros, independentemente da condição social e econômica.

Juízes e juízas, além de serem as pessoas detentoras de poder para dirimir conflitos, devem representar um ponto de equilíbrio para a sociedade, assegurando a organização básica, a convivência pacífica e os direitos aos vulneráveis. São homens e mulheres comuns. Raras são as profissões que exigem tanta serenidade como a dos juízes. E raras – os tempos atuais estão mostrando – têm tido tanta importância para o respeito ao Estado Democrático de Direito. E aqui, cabe ressaltar que um dos pilares desse Estado Democrático de Direito é uma imprensa livre e com um único comprometimento: a verdade dos fatos. A isso também chamamos de responsabilidade.

Há que se procurar, especialmente por intermédio da magistratura, soluções inovadoras para composição dos litígios em todas as áreas, e meios para que elas sejam ágeis e efetivas, sem esquecer o respeito irrestrito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, sem incorrer na tentação do enganador populismo. Os juízes e as juízas vivem em comunidade e não têm como desconhecer o que a sociedade pensa. Mas isso não significa que devam ter a sua conduta funcional pautada pela opinião pública, que, muitas vezes, em verdade, é a opinião publicada. E nem que devam se colocar como eremitas ascéticos indiferentes às mutações sociais.

Atingir o ponto de equilíbrio não é fácil. Exige muita serenidade.

E também não é fácil se desincumbir da tarefa de prestar a jurisdição com a razoável duração desejada um tanto utopicamente, com os recursos de que dispomos.

O Poder Judiciário, se, de um lado, só age quando provocado, de outro é o único poder que, em todos os casos para os quais é chamado, não pode se

negar a agir. A jurisdição é inerte, diz basilar lição de Direito, mas se provocada não há causa que não passe pela porta do Judiciário. Não há demanda proibida, tampouco que tenha que aguardar momento político, ou dotação orçamentária, ou a vontade do julgador para ser enfrentada.

O Judiciário nacional finalizou o ano de 2016 com o gritante número de 79 milhões e 700 mil processos, uma média de aproximadamente um processo para cada três habitantes, e 67% deles tramitam na Justiça Estadual. Cada juiz ou juíza tem sob sua responsabilidade, em média, aproximadamente 8.000 processos, número que torna impossível uma prestação jurisdicional célere. Só no Rio Grande do Sul, estado com a maior produtividade conforme dados do Conselho Nacional de Justiça, tramitam mais de 4 milhões de processos, uma média aproximada de um processo a cada 2,5 habitantes.

Não é preciso muito pensar para concluir que algo está errado. Faltam recursos materiais e de pessoal, sem dúvida, e não há como prestar jurisdição mais ágil quando o país conta com apenas 8,2 juízes para cada 100 mil habitantes, considerados todos os ramos do Poder Judiciário.

Mas chama muita atenção constatar que os grandes responsáveis pela alta litigiosidade são os órgãos públicos, os bancos e as prestadoras de serviços concedidos. Corrigisse a administração pública os rumos no trato com os cidadãos e a coisa pública, e agissem as agências reguladoras de modo efetivo no controle das instituições financeiras e nos serviços concedidos, certamente a sociedade teria a solução para a maioria de suas demandas, sem necessidade de para tudo buscar socorro no Judiciário.

É essencial buscar um Poder Judiciário forte, e, em consequência, uma sociedade com paz e bem-estar social asseguradas. Não basta à sociedade ter entes que visem ao bem comum, se não tiver quem assegure os respectivos direitos. Como melhorar os meios para o alcance do bem-estar social é o principal desafio que devem ter os administradores públicos e as lideranças em geral.

Isso é responsabilidade de todos.

Deixo de listar as tentativas de fragilização do Poder Judiciário, postas e já bem detalhadas pelo Gilberto.

Muitas das respostas que devemos dar à classe e à sociedade em decorrência da nossa responsabilidade dependerão da coparticipação de

outros órgãos e entidades, em especial o Tribunal de Justiça do Estado e a AMB, com os quais queremos atuar na busca do fortalecimento do Poder Judiciário e na satisfação dos interesses da sociedade, sempre de forma harmônica e independente.

Enfim, queremos manter a Ajuris voltada para os interesses da magistratura, não só corporativos como também institucionais, mas, ao mesmo tempo, lutar pelo bem comum e pelo fortalecimento do Estado Democrático de Direito com a defesa inarredável dos direitos fundamentais, mais especificamente aqueles consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A responsabilidade é imensa, mas a sinto leve, quando vejo que assumo o comando da Ajuris na boa companhia dos colegas que estão comigo nessa caminhada.

Somos juízes e juízas, aposentados e da ativa, com mais e menos tempo de magistratura, do primeiro e do segundo grau, acadêmicos e não acadêmicos. E, é claro, com algumas outras diferenças: uns mais altos, outros nem tanto!

Apresentamo-nos aos colegas como um grupo plural, porque somos diferentes, temos experiências e trajetórias diferentes, pensamos diferente, mas fazemos parte de uma mesma magistratura a qual queremos honrar.

Juiz do Crime, Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa, de uma capacidade intelectual e de trabalho conhecida, **ORLANDO FACCHINI NETO**, ocupando a vice-presidência Administrativa, estará atento e lutará pela classe sem descuidar dos interesses de toda a sociedade.

Juiz do cível, Mestre em Direito Internacional pela Universidade Federal do RS, compenetrado e sério. **CRISTIANO VILHALBA FLORES** é o colega para estar à frente da vice-presidência Financeira da Associação com competência e responsabilidade.

Juíza da Violência Doméstica, formadora de outros magistrados, mulher que se preocupa com outras mulheres, mas, antes de tudo, se preocupa com pessoas. **MADGÉLI FRANTZ MACHADO** na vice-presidência Cultural reúne todas as qualidades para estar à frente desse trabalho, que é ponte entre a Associação e a sociedade.

Juíza do Cível, Doutora pela Universidade de Paris, conhecida por sua atuação na área do Direito Ambiental, com um sorriso cativante. **PATRÍCIA ANTUNES LAYDNER**, nossa vice-presidente Social, tem um agradável, mas também difícil trabalho de propiciar espaços para a convivência dos magistrados.

Juiz aposentado, predileção pelo Direito Constitucional e autor de anteprojetos de lei em favor da magistratura. Com atuação associativa desde 1992, o colega **BENEDITO FELIPE RAUEN FILHO** é sereno e compenetrado, o que não lhe retira o dinamismo e a disposição para atuar em prol do que acredita. Assume a nova vice-presidência de Aposentados, criada na última gestão e demonstra a importância da experiência de magistrados e magistradas, que construíram a história do Judiciário e da AJURIS.

Na nossa Escola Superior da Magistratura, patrimônio da Associação, espaço de pesquisa e debate, com tradição na formação de magistrados e preocupação com a qualificação de todos os operadores e auxiliares da atividade jurisdicional, estarão os colegas e doutores em direito **JAYME WEINGARTNER NETO e ROBERTO JOSÉ LUDWIG**. De reconhecida e sólida trajetória acadêmica e com conhecimento de gestão, Jayme e Roberto têm o desafio de manter a nossa Escola no patamar de reconhecimento e referência que a primeira escola de magistratura do Brasil e a quarta do mundo alcançou, e honrar o patrimônio inaugurado pelo desembargador Cristovão Daielo Moreira.

Para o departamento que tem nas mãos a saúde dos associados, o nosso DAS, contamos com a segurança que nos confere o desembargador **JOSÉ EUGENIO TEDESCO**. Segurança construída com base na experiência e na competência, que tem garantido tranquilidade necessária de que todo esse patrimônio é gerenciado com firmeza, sem descuidar as necessidades de quem precisa desses serviços.

Trabalho realizado por uma equipe consistente que conta ainda com os colegas Desembargador **PAULO AUGUSTO MONTE LOPES, MARIA ELISA SCHILLING CUNHA e MARCELO MAIRON RODRIGUES**.

Precisaremos também dos nossos familiares, de modo que, quando a jornada parecer fatigante, sejam um porto seguro e ofereçam o ombro para descanso e nos incentivem nas dificuldades. A eles agradecemos o apoio que

fez com que aceitássemos este desafio. E a eles, desde já, pedimos compreensão, quando, por força do exercício dos nossos cargos, reflexos os atinjam e os obriguem a abdicar de parte do tempo do convívio familiar.

Vilmar, obrigado por me amar e aceitar estar junto.

Agradeço, em meu nome e dos meus colegas de direção o prestígio que é dado a esta solenidade por tantas ilustres autoridades e representantes classistas, além de amigos e familiares, com os quais certamente partilharemos lutas e conquistas no biênio que se inicia.

Com essa equipe e com muitos colegas que a ela se somarão e com estes propósitos, honrando a tradição de nossa associação e mostrando responsabilidade pelo encargo, vamos lutar para que a magistratura e a sociedade encontrem dias melhores.

Porque sou mulher e porque quero homenagear uma mulher sábia, valho-me das palavras de Cora Coralina: ***“O que vale na vida não é o ponto de partida, e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.***

Faremos o caminho procurando desempenhar bem o papel que a honrada magistratura do Rio Grande do Sul nos conferiu.

Obrigada